



Pesquisa da ONG Todos pela Educação mostra crescimento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler nem escrever. Número de menores não alfabetizados saltou de 1,4 milhão, em 2019, para 2,4 milhões, no ano passado

# Covid compromete a alfabetização infantil

» MARIA EDUARDA CARDIM  
» GABRIELA BERNARDES\*

Rodrigo Nunes/Esp.CB/D.A Press



Levantamento realizado pela ONG Todos pela Educação, divulgado ontem, apontou que houve um crescimento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler nem escrever, segundo a percepção dos responsáveis, entre 2019 e 2021. Diante da pandemia da covid-19 e todas as dificuldades impostas à educação, o número de menores nessa faixa etária que não estão alfabetizadas passou de 1,4 milhão, em 2019, para 2,4 milhões, em 2021. Especialistas alertam para os efeitos de longo prazo que a não-alfabetização em idade adequada pode gerar.

O levantamento, feito com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que questiona se as crianças residentes dos domicílios sabem ler nem escrever, também apontou que esse crescimento da não alfabetização tem maior impacto entre alunos negros. Os percentuais de crianças pretas e pardas de 6 e 7 anos que não sabiam ler nem escrever passaram, respectivamente, de 28,8% e 28,2%, em 2019, para 47,4% e 44,5%, em 2021. Ao observar a não-alfabetização de crianças brancas, o aumento foi menor — de 20,3% para 35,1% no mesmo período.

A mesma diferença no impacto da não alfabetização foi vista ao comparar crianças residentes de domicílios mais ricos e mais pobres. Nos lares de menor renda, o percentual daqueles que não sabiam ler e escrever aumentou de 33,6% para 51,0%, entre 2019 e 2021. Nas casas de maior renda, o aumento foi de 11,4% para 16,6%.

Os resultados encontrados preocupam a Todos pela Educação, pois a não alfabetização em idade adequada pode gerar efeitos de longo prazo. “A não alfabetização das crianças em idade adequada traz prejuízos imensos

Pesquisa alerta que dificuldades de aprendizado provocam o aumento da reprovação, da evasão e do abandono escolar

para suas aprendizagens futuras, o que também eleva os riscos de uma trajetória escolar marcada por reprovações, abandono e/ou evasão escolar”, diz trecho da nota técnica divulgada pela ONG, que cobra do governo federal uma atuação concreta para a diminuição desse prejuízo. O aumento da fuga da sala de aula é notado pela pesquisa *Retorno para Escola, Jornada e Pandemia*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ontem, uma atualização do estudo indicou que os cinco estados que mais têm crianças de 5 a 9 anos longe das salas de aulas estão na Região Norte — Amapá lidera com 14,5%, seguido de Roraima (12,1%), Rondônia (8,87%), Amazonas (7,96%) e Acre (7,46%).

O documento da Todos pela Educação indica que as ações presentes e futuras do poder público “são fundamentais para a mitigação de tantos efeitos negativos”.

## De novo mais de mil mortes em 24h

O Brasil registrou, ontem, mais 177.027 mil casos de covid-19 e superou novamente a marca de mil mortes. Com as 1.189 vidas perdidas em 24 horas, a média móvel alcançou o patamar dos 820 óbitos, que não era atingido desde 19 de agosto de 2021, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Porém a média móvel de casos continua recuando. Ontem, marcou 165.202 mil, ante 186.985 registros há sete dias. Mesmo assim, o Ministério da Saúde acredita que o Brasil ainda não chegou ao pico da onda causada pela variante ômicron.

Ainda que a variante cause o aumento de registros e, consequentemente, o de mortes, dados dos estados apontam que a maioria dos óbitos pela doença na atual fase são de pessoas não

vacinadas, de cidadãos que não completaram o esquema vacinal ou tomaram a dose de reforço. É o que indica um estudo do Instituto de Infectologia Emílio Ribas.

De acordo com a instituição, 82% dos internados por covid-19 não tinham completado o esquema vacinal com as três doses. Dos 17 óbitos que ocorreram na unidade nos últimos três meses, 14 não tinham fechado a vacinação contra o coronavírus. Em São Paulo, cerca de 10 milhões de pessoas estão aptas a tomar a dose de reforço.

Mas, apenas neste ano, 62,5% das mortes por covid-19 no Amazonas são de pessoas não vacinadas ou com doses atrasadas. Dados da Secretaria de Saúde do estado apontam que, de janeiro a 3 de fevereiro, 152 óbitos foram causadas pela covid-19.

“Dos 152 óbitos confirmados, 35 (23,02%) são de pacientes que não tomaram nenhuma dose dos imunizantes disponíveis; 60 (39,5%) são de pacientes com esquema vacinal desatualizado (com aplicação de doses atrasadas); e 57 (37,5%) são de pacientes com esquema vacinal atualizado”, relatou a secretaria.

No Brasil, um levantamento feito pelo Ministério da Saúde apontou que mais de 21,5 milhões de pessoas estão atrasadas para receber a segunda dose da vacina contra a covid-19. “Entre os estados que apresentam o maior número de pessoas nessa situação estão São Paulo, com 4,5 milhões; Minas Gerais, com 2,6 milhões; Paraná, com 1,5 milhão; e Rio de Janeiro, com 1,5 milhão”, afirmou a pasta. (MEC, GB\* e colaboração de Cristiane Noberto)

## Autonomia de menores

O ministro da Saúde Marcelo Queiroga sugeriu, ontem, que os pais devem tentar convencer os filhos, mesmo menores de idade, a se vacinar contra a covid-19. Ignorando o fato de que a maioria começa apenas aos 18 anos e que, portanto, os menores não têm autonomia de decisão, disse que vacinar crianças é diferente de vacinar adultos e que “não dá para forçar a vacinação”.

“Eu mesmo tive a oportunidade de vacinar crianças em Brasília. Às vezes, você tem que convencer a criança a se vacinar. Ninguém vai pegar uma criança à força, ir lá aplicar uma vacina com a criança berrando. Não dá”, disse o ministro.

Quase dois meses depois de a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ter aprovado a primeira vacina de uso infantil contra coronavírus, o percentual de crianças de 5 a 11 anos que tomaram a primeira dose de imunizantes contra a covid-19 está em torno de 15%. Irritado com os questionamentos dos jornalistas, que sugeriram que o ministério retardou o início da vacinação infantil ao realizar consulta e audiência públicas, Queiroga cobrou mais empenho de estados e municípios.

“A posição do governo foi clara no sentido de ofertar as vacinas, que estão disponíveis. E o ritmo heterogêneo (da aplicação) mostra que é necessário haver o empenho de estados e municípios”, comentou Queiroga, exemplificando o caso do estado de São Paulo, onde 50% das crianças de 5 a 11 anos tomaram a primeira dose.

Em relação ao receio de alguns pais, Queiroga disse que seria preciso ouvi-los para entender a razão da resistência em levar os filhos para serem imunizados. “Temos procurado fazer a nossa parte, esclarecendo a população acerca de todas as implicações relativas à vacinação em todas as faixas etárias, acompanhando eventos adversos”, salientou.

## Atrasos

Sempre num tom de voz mais elevado que o habitual, Queiroga garantiu que não houve atraso na compra das doses pediátricas. “Vocês estão dizendo que eu atrasei a vacina? Eu já distribuí 430 milhões de vezes mais vacinas do que você, que está falando que eu atrasei. Você não distribuiu nenhuma dose”, reagiu, desafiando uma jornalista que o indagara. “É mais importante avançar na terceira dose do que ficar nesse nhenhêmem de vocês, de que a gente está atrasando doses de vacinas. O povo brasileiro sabe que não estamos atrasando”, disse.

O ministro foi convocado, na última segunda-feira, pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado para esclarecer o atraso da vacinação infantil contra o coronavírus e explicar uma nota técnica da pasta que defende o kit covid — com remédios comprovadamente ineficazes contra a doença. (GB\*)

\* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

## Autoexame emperrado

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda não concedeu o registro para a venda dos autotestes de covid-19 a nenhuma empresa solicitante. Assim, os produtos não podem ser comercializados em farmácias e estabelecimentos de saúde — locais indicados depois de obtido o registro na autarquia.

Na última segunda-feira, a Anvisa publicou no *Diário Oficial da União (DOU)* o indeferimento de três pedidos de registro para autotestes em razão da falta de estudos e documentos completos dos kits. “Foram negados em razão da falta de estudos e documentos completos”, explicou a agência em nota.

Até o momento, a Anvisa recebeu 51 pedidos de registro para autotestes de covid-19. Seis tiveram a análise concluída e aguardam a publicação do resultado no *DOU*; seis precisam apresentar dados complementares para a continuidade da avaliação; quatro estão sendo avaliados pela área técnica e outros 32 aguardam o início das apreciações. (MEC e GB\*)

## Entenda as restrições do autoteste

Veja onde o teste não poderá ser comprado e quando o exame caseiro não é recomendado



### Registro

Antes de vender os testes em farmácias, as empresas produtoras precisarão solicitar o registro do produto na Anvisa. Até o momento, nenhum autoteste está autorizado para ser comercializado no país.



### Venda

Esse tipo de teste só poderá ser oferecido em redes de farmácias e estabelecimentos de saúde licenciados para comercializar artigos médicos. O mesmo vale para a venda on-line. Não é permitida a oferta em site de e-commerce comum.



### Indicação

O uso do autoteste não serve e não poderá ser usado para apresentação de teste de covid-19 negativo em viagens internacionais; para fins de licença médica laboral; para realização em terceiros; para definir diagnóstico (o autoteste deve ser realizado apenas para triagem); e não deve ser utilizado por pessoas com sintomas graves, como falta de ar, saturação abaixo de 95%, confusão mental e sinais de desidratação.



### Confirmação/Notificação

A partir do resultado positivo do autoteste, é necessária a confirmação do diagnóstico para que a notificação do caso seja feita. O indivíduo deve procurar uma unidade de atendimento de saúde (ou teleatendimento) para que um profissional da área realize a confirmação e a notificação.

Fontes: Ministério da Saúde e Anvisa

